

Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho (2008)

Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate

José Alexandre Altahyde Hage¹

Resumo: O texto analisa as razões de se importar gás natural boliviano. O emprego do carburante importado foi admitido como uma das formas para neutralizar a crise de energia elétrica que o Brasil vem atravessando desde os anos 1990, cujo ápice se deu com o "apagão" de 2001. Além disso, o uso da matéria-prima traduz a ausência de políticas públicas coerentes para o setor energético. O Brasil aceitou, em grande parte, programas sugeridos pelas agências financeiras internacionais, que negavam o papel estratégico do Estado no campo da energia elétrica e do petróleo, como forma de o País tornar-se conveniente para os investimentos externos desejosos de compensação em curto prazo. A falta dessa coordenação política energética fez com que o Brasil abrisse mão de sua segurança energética, fundamental para o equilíbrio político e econômico.

Cenário Geral

Nos últimos cinco anos, os fatores ligados à energia, sobretudo o gás natural, passaram a ter grande participação nos temas da política em todas as suas vertentes, desde a doméstica até a exterior. No fundo, as questões energéticas sempre foram de interesse do escopo diplomático em todo o mundo, entre Estados que têm nos insumos energéticos a razão para constituir seu padrão estratégico. Em outras palavras, Estados que dependem da energia para constituir riqueza, exportando-a ou importando-a. No primeiro nível há os países exportadores de petróleo, cujo controle e produção do bem se tornam questão de estabilidade político-econômica, como se vê na politização energética promovida pela Arábia Saudita e Rússia.

¹ Bacharel em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Ciência Política pela mesma universidade. É professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan - Escola de Negócios e da FAAP - SP. Escreveu o livro "Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás" (jose.haje@trevisan.edu.br).

O segundo nível é integrado pelos Estados que necessitam importar certas quantias de energia, ainda mais hidrocarbonetos. A situação de parte considerável dos países industrializados se encaixa nessa situação, pois são importadores de petróleo e gás natural. E, por isso, são praticamente impelidos a ter políticas estratégicas que lhes possibilitem controlar crises de abastecimento, bem como ter inserção política e militar nas áreas de prospecção dos bens. Essa é a situação em que se encontram os Estados Unidos e o Reino Unido em virtude da forte presença dos hidrocarbonetos no cotidiano econômico e político daquelas potências (Harvey, 2004, p. 25).

Embora os fatores energéticos fossem passíveis de politização e houvesse conflitos de toda ordem nas arenas doméstica e internacional em todo o século XX, o impacto dessa realidade era pouco sentida no dia-a-dia do Brasil, dando a entender que tais temas não diziam respeito diretamente à estabilidade nacional e ao afincamento de sua estratégia, meio pelo qual se daria o plano de desenvolvimento e estabilidade do Estado. Com exceção da crise do petróleo, em 1973, que praticamente ajudou a limitar, em grande monta, o controverso projeto brasileiro de desenvolvimento concebido pelo movimento político-militar de 1964, o País não havia tido nenhum grande debate, universitário ou diplomático, a respeito da relação entre energia e política externa – a primeira como parte relevante para a projeção da segunda.

Havia, sim, por exemplo, o ímpeto do Executivo da República em procurar sanar os efeitos causados pelo boicote petrolífero da Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo – OPEP por meio da criação do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL e do programa nuclear, fruto de entendimentos entre o Brasil e a Alemanha Federal, em 1975. De todo modo, as questões energéticas eram presentes na vida estatal do Brasil, mas não possuíam grande poder de penetrar nos assuntos das instituições da sociedade civil. Há quem diga que tal apatia se devia à ausência de franquias democráticas, mas isso não esgota a questão, visto que a elite empresarial tinha canais de comunicação com áreas-chave do poder público.

Por isso, há como afirmar que o Brasil foi debutante nos primeiros cinco anos do século XXI por causa de dois acontecimentos interligados que tocaram sensivelmente a sociedade brasileira: o advento do apagão e da crise boliviana com o gás natural. Depois de 2001 e de 2006, o País não mais deixou de reconhecer os temas energéticos como

essenciais ao desenvolvimento econômico bem como à segurança propriamente dita do País frente a desafios.

Em 1996, o governo brasileiro havia admitido o Tratado de La Paz junto ao homônimo boliviano. O documento era a marca que garantia a construção de uma grande obra de engenharia, de conhecimento técnico, que deveria absorver grande quantidade financeira e que, para ser concluída, deveria ter a participação de investimentos internacionais. O gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL foi orçado em mais de 2.500 bilhões de dólares e tinha a dimensão de 3150 km, sendo 2593 km correndo dentro do Brasil e a menor parte dele dentro do Bolívia. A quantidade estimada seria de 30 milhões de m², podendo ser aumentada à medida que houvesse maior consumo nacional. De início, a quantidade era maior do que a demanda e foi negociada pelo instrumento *take or pay* (Hage, 2006, p. 34). Embora a menor parte do gasoduto seja boliviana, é a mais delicada para a segurança, visto que está ligada às válvulas de produção e escoamento do gás natural, podendo deixar o Brasil em posição de vulnerabilidade em virtude de crises institucionais e políticas violentas, como as que aconteceram no vizinho país desde a renúncia do presidente Jaime Lozada, em 2004.

A presença do gás natural do Brasil passou a ser identificada com o GASBOL e com lembranças da Bolívia, até então vizinho pouco recordado pela maior parte da população, mesmo havendo páginas históricas de relacionamento com o Brasil, como na questão do Acre, em 1903. A importação do gasoso passara a ser observada como modo de sanar a crise energética dos anos 1990, bem como uma forma de dinamizar as relações diplomáticas entre os dois países. Parte substancial da indústria brasileira passou a ter interesse no gás natural, considerado mais conveniente por causa de seu baixo preço e da quantidade crescente devido ao clima “harmônico de interesses” simbolizado pelas operações da Petrobrás nos Andes.

Com o emprego do gás natural no Brasil, paulatinamente, o País passou a interessar-se mais pela sorte da política energética e passou a vislumbrá-la como tema componente da política exterior do Brasil, quer dizer, energia é também algo que mede a capacidade de articulação da diplomacia, da mesma forma que os assuntos comerciais e militares. E não resta dúvida de que a diplomacia foi avaliada em razão dos acontecimentos históricos mais recentes que envolvem o papel que a Petrobrás teve no imbróglio boliviano, por ocasião da

nacionalização dos hidrocarbonetos efetuada pelo governo do Presidente Evo Morales, através de Decreto Supremo, no dia primeiro de maio de 2006. Data de teor pedagógico, pois marca a falta de condições do governo brasileiro de absorver o golpe desferido pela Bolívia ao nacionalizar, quase *manu militari*, as plantas de produção da estatal brasileira.

Ainda que possa parecer forçoso, tem-se a impressão de que o governo Morales aplicou ações da “estratégia indireta”, pegando o Brasil de surpresa e atribuindo-lhe a responsabilidade da resposta. Por isso, se a resposta brasileira à nacionalização dos ativos da Petrobrás na Bolívia fosse direta e dura demais, atrairia as mais pesadas críticas internacionais, dando a entender que o complexo Itamaraty-Planalto perderia a razão por tratar pesadamente um ator sul-americano mais fraco. E se a correspondência fosse por demais branda, a acidez viria de setores políticos nacionais, que cobrariam posturas mais afirmativas e menos contemporizadoras do governo brasileiro, expressando a opinião de que La Paz, apesar de sua fraqueza, humilhara o orgulho nacional.²

O Gás Natural Boliviano no Brasil

A construção do GASBOL e o uso do gás natural no Brasil guardam duas recomendações que podem ser resultantes de um mesmo raciocínio e ter em vista a mesma conveniência: obter meios de atrair diplomaticamente a Bolívia para a área de influência brasileira e fazer com que seu gás seja usado para mitigar os efeitos da crise energética. Quanto a esse ponto, são necessários alguns comentários históricos e políticos sobre o relacionamento entre a Bolívia e o Brasil e sobre o papel que o gás natural deveria ter nesse projeto.

Com respeito ao aspecto diplomático, era importante que a Bolívia tivesse alto grau de relacionamento com o Brasil e se tornasse peça estratégica do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Não era importante apenas do ponto de vista econômico, mas também político e estratégico. O bloco regional do sul havia sido concebido em 1991 com o intuito de fazer com que o Estado brasileiro pudesse construir meios de angariar apoio dos vizinhos e, ao mesmo tempo, buscar modos de tirar partido da geografia sul-americana – assunto que

² O conceito de estratégia indireta foi cunhado pelo militar francês André Beaufre, ao estudar o poder da iniciativa aplicada por um ator de menor peso. Chegamos a advogar, com ressalvas, que a questão boliviana recordava os escritos do mencionado autor (cf. Beaufre, 2004, p. 33).

historicamente interessava a política brasileira desde os anos 1950, por ocasião dos polêmicos projetos nacionais que colocariam o Brasil como potência responsável pelo Cone Sul.³

No ano de 1958, o Rio de Janeiro havia se interessado pelo petróleo da Bolívia, procurando converter os dados diplomáticos em tratado propriamente dito. Deram-se os Acordos de Roboré, notas que tencionavam oficializar a compra de petróleo pelo Brasil. A iniciativa protocolar fora rapidamente debelada por correntes nacionalistas de ambos os países. Do lado brasileiro, os Acordos de Roboré foram altamente criticados porque permitiam a presença de petroleiras estrangeiras no país, justamente em época de nacionalismos. Do lado boliviano, a tensão existiu porque parte substancial do setor político passou a ver o Brasil como um país expansionista, que poderia aproveitar-se da fragilidade militar do vizinho e usufruir seus bens (Hage, 2006, p.116).⁴

Nos planos da geopolítica brasileira, a Bolívia chamaria a atenção da estratégia brasileira por sua localização. Como zona intermediária e ponto de aglutinação entre duas grandes bacias hidrográficas – a platina e a amazônica – o vizinho andino representaria também uma área de transição que poderia oferecer ao Brasil uma saída ao Oceano Pacífico. O sonho de uma saída para o Pacífico, que acalentara, em combinação com os chilenos de Arica, a diplomacia e os militares nacionais desde Euclides de Cunha, retornava, de tempos em tempos, ao Itamaraty. Nos anos 1990, três vertentes do plano nacional de integração regional ascenderam, a saber, o suprimento energético com gás natural, a combinação regional e a logística.

Assim, a construção de um bloco regional coeso entre o Cone Sul e os Andes seria necessário por causa de dois fenômenos com vertentes política, econômica e cultural. Primeiro, a possível existência do mercado continental sugerido pelos Estados Unidos, em 1994, a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, forçaria o Brasil, antes de todos, a pensar em constituir alternativas institucionais ao plano imaginado pela Casa Branca, considerado estranho aos interesses nacionais brasileiros e à sua liderança. O segundo fenômeno fora o desgaste instrumental por que passaram os Estados latino-americanos

³ Sobre esse tema ver os escritos de Golbery do Couto e Silva. Para este texto nos valem do seu livro *Geopolítica do Brasil*, p. 108.

⁴ Embora a questão de Roboré seja comentada em vários livros de história diplomática brasileira, nenhum autor demorou mais na compreensão do tema quanto Olympio Guilherme, com seu *Roboré: a Luta pelo Petróleo Boliviano, 1958*, do qual muito nos servimos para compreender as passagens acima.

desde a crise da dívida externa, em 1982, forçando-os a ter performances econômicas débeis e comprometendo seu desenvolvimento por toda a década chamada perdida. Essa questão tocou, com mais afinco, o Brasil por ter fomentado o maior parque industrial da região.

Assim, se diplomaticamente Brasília havia conseguido chegar a bons termos com a Argentina, atraindo também a atenção do Paraguai e do Uruguai, havia, agora, a necessidade de conceber algo que chamasse a atenção da Bolívia, para que aceitasse adentrar os planos brasileiros para a área em questão. De início, La Paz havia concordado em transformar-se em sócia observadora do MERCOSUL; agora, a idéia era justamente aumentar sua participação nos negócios do bloco. E, para isso, a diplomacia do Itamaraty havia de ter arranjos propícios, pensando, em uma segunda etapa, na possível soldadura entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações – CAN, bloco ao qual a Bolívia pertencia. O resultado seria um grande bloco que poderia ser resistente aos assédios de Washington através da ALCA.

De certa forma, a crise de energia elétrica dos anos 1990 veio a calhar para que o Brasil conseguisse montar algo que fosse conveniente para a atmosfera política da época, e para procurar mitigar os gargalos energéticos. O emprego do gás natural boliviano teve o papel desejado pelo Itamaraty e pelo Palácio do Planalto. Os efeitos seriam duplos. Ao mesmo tempo em que o Brasil construiria o gasoduto Bolívia-Brasil, com participação da Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e de variados investimentos externos, haveria um ciclo virtuoso, já que o País faria obras contando mais com o empreendimento privado do que com o erário público.

A – Desregular os preços dos insumos energéticos, de modo a estimular a concorrência de mercado entre as diferentes opções de abastecimento (interfuel competition), tomando como base os preços praticados nos mercados internacionais; B – Estimular a abertura ao capital internacional, mediante a diminuição do papel dominante da Petrobrás na produção gasífera doméstica.

O gás natural boliviano seria expressão de uma grande contribuição regional e dos tratados de integração física. Assim, apenas havia a necessidade de arrumar uma serventia para ele. O emprego de algum tipo de gás de origem fóssil na matriz energética brasileira existiu em todo o século XX. Não o gás natural, mas sim algo similar transformado a partir do petróleo.

Até 1999, não havia efetivamente consumo em alto grau do gás natural no Brasil. Quanto ao gás liquefeito de petróleo, havia empresas estatais fundadas para realizar seu fornecimento aos centros urbanos relevantes, em especial, as capitais dos Estados. Empresas de maior tamanho eram, por exemplo, a Companhia Paulista de Gás – Comgás e a Companhia de Energia da Guanabara - CEG. Isto não quer dizer que não houvesse o emprego de gás natural no Brasil. No governo de Geisel, em 1974, houve interesse.

No período Sarney, em 1986, existiu o Programa Nacional de Gás Natural - PNGN, que, no entanto, não trouxe muita diferença. Já se cogitava o insumo boliviano, mas eram grandes as advertências por causa de possíveis instabilidades políticas naquele país. O mesmo raciocínio acompanhava o emprego de outras fontes, como o Peru, ou a importação da Argélia. Portanto, no atacado, a presença do gás natural só arranhava a matriz energética nacional.

O Tratado de La Paz, de 1996, procurou fazer de um tema doméstico, o fornecimento de energia elétrica, algo de interesse diplomático que ajudasse nas boas relações internacionais. A década de 1990 foi, em princípios gerais, peculiar para a história da energia, pois passou a ser tema de atração para a política internacional sul-americana. É claro que o assunto já era internacionalizado na Europa Ocidental, mas uma novidade no hemisfério sul, que passou a ascender justamente em razão do difícil relacionamento com os entes privatizados.⁵

Nos anos 1990, notadamente em 1994, já havia meios de perceber a crise de energia elétrica por que passaria o Brasil em 2001, o chamado *apagão*, que assustou o País e o forçou a mudar a perspectiva de crescimento, obrigando-o a continuar em ritmo lento de crescimento econômico, penalizando, assim, faixas sociais que necessitavam de emprego e aumento de renda.

O professor Luis Pingueli Rosa, físico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, havia escrito textos em que alertava para a iminente crise de energia elétrica que emergia a passos lentos, mas seguros desde 1995. A crise teve seu ápice em 2001, mas Rosa havia apontado para ela alguns anos antes. Aquele infortúnio poderia ter sido percebido, de

⁵ Sobre esse ponto veja estudos produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. No estudo há dados que indicam a difícil relação entre as novas empresas, privatizadas, o poder público e a sociedade de modo geral por causa de reajustes altíssimos e certa negligência dos executivos em atender as reclamações dos cidadãos. O estudo mais demorado sobre o conflito entre os atores políticos e econômicos se deu no Chile, em 1997.

acordo com o mencionado autor, pelo regime das chuvas não apenas do ano em estudo, mas de um longo período a ser comparado. Esse estudo foi negligenciado pelos novos controladores das estatais privatizadas. Historicamente era possível fazer um planejamento do uso da energia elétrica, observando como as chuvas foram no passado e estudando sua regularidade (Rosa, 2002, p. 84).

O emprego do gás natural boliviano passou a ser constantemente incentivado pelos governos federais, dos anos 1990 até o atual. Na década anterior, o carburante passou a ser vislumbrado como item essencial para que o Brasil superasse a crise de energia elétrica. E por quê? Porque os investimentos em termelétricas eram vistos como mais compensadores financeiramente, pois seu tempo de construção e maturação era, em média, de três anos, enquanto uma planta hidroelétrica necessitava de mais de cinco anos para sua conclusão e os recursos necessários eram vultosos em comparação com a primeira. Além disso, havia outra razão.

Em virtude da moral política dos anos anteriores, que procurava marginalizar o poder público na condição de propulsor do desenvolvimento de infra-estrutura, as obras de termelétricas foram incentivadas e aprovadas pelas agências financeiras internacionais, tanto as multilaterais quanto aquelas de avaliação de risco. Assim, o Banco Mundial, por exemplo, julgou conveniente que o Brasil retirasse o poder público da regulação de obras em energia, transferindo-as a investidores privados internacionais, que perceberam as oportunidades de lucro nessa fase difícil de geração de nova energia elétrica via empresas estatais. Joaquim Francisco de Carvalho opina sobre a tomada de decisão feita entre 1995 e 2001:

A ausência de critério da atual administração ficou patente no programa das termelétricas a gás. Cedendo a pressões de grupos poderosos, interessados em explorar gás natural da Bolívia (que encontraria no Brasil o único mercado consumidor de escala atraente), o governo relegou a segundo plano o programa hidroelétrico, transferindo prioridade para as termelétricas (Carvalho, 2002, p.105).

Essa visão oriunda das agências e organismos financeiros internacionais não foi desprovida de interesse político dos países em que as empresas investidoras tinham sede nem de críticas por parte de observadores mais críticos. Isto porque nenhuma das agências de risco alarmou-se com as condições internas da empresa de energia Enron no campo da

contabilidade, falseada para que as ações da firma se valorizassem. Vale a pena lembrar que a Enron não só se interessou pelas operações bolivianas no gás natural, mas também adentrou no controle da Eletropaulo. E seu malogro por causa das falsificações provocou seu descrédito internacional e a falta de recursos para continuar a alimentar a filial paulista de energia elétrica. No final das contas, a responsabilidade teve de ficar com o Estado, para não deixar a Eletropaulo entrar em profunda crise financeira. Nenhuma palavra foi dita sobre as operações denominadas racionais da Enron.

O investimento privado internacional teria oportunidade de obter lucros maiores na compra de empresas públicas nacionais, impedidas de fazer investimentos e atualizações técnicas, mesmo com recursos financeiros poupados pelos erários federal e estadual (Solnik, 2001, p. 68). Além de poder obter controle das antigas empresas de energia, o empreendimento externo teria a oportunidade de aumentar seus ganhos, investindo em usinas térmicas – daí a conveniência do gás natural e a anuência das agências e organismos internacionais.

Por conseguinte, houve a privatização das empresas estaduais – caso da Eletropaulo e da Light – com transferência de ativos para homônimas externas, algumas inclusive de interesse dos Estados de origem como, por exemplo, a Total francesa. Aquele foi um momento de grande euforia intelectual e ideológica, que brindou os investimentos globais como boas novas para o Brasil e para outros países sul-americanos. Levou-se em conta que haveria uma espécie de “globalização” energética na região, como se pode ver no trabalho de Edmilson Santos (2002, p.23).

Mas, de fato, a globalização energética teve grande dificuldade de relacionamento na Argentina, no Brasil e no Chile, onde houve falta regular de abastecimento de energia elétrica de origem hidráulica e gasosa. Entre 1996 e 2001, os países em questão tiveram suas crises. A fórmula de resolução mudou de caso a caso. Na situação chilena, houve escolha na construção de competente autoridade central sobre o setor de energia elétrica que continuou privatizada, mas que deveria agora se adequar a planos de comando feitos pelo poder público (CEPAL, 2004).

Na Argentina, a partir do governo de Nestor Kirchner, houve relativa retomada do nacionalismo estatal no setor, dando a entender que haveria novas regras para o investidor privado, visto que havia a opinião de que o agente empreendedor teria dificuldades de

aplicar seu capital em uma geografia cujos ganhos financeiros não mais seriam tão promissores como nos tempos de Carlos Menem. Certamente, os denominados intelectuais orgânicos⁶ do pensamento liberal mais cosmopolita, apelidado neoliberal, sofreriam forte crítica por causa das atitudes autônomas da Casa Rosada e fariam grande pressão para que a nova administração de Cristina fosse diferente do marido.

Já o Brasil não teve identidade precisa na escolha para resolver o problema de energia elétrica. O governo Fernando Henrique Cardoso, que atravessou o tempo do apagão, não tomou o caminho chileno sob a Presidência de Eduardo Frei. O governo do PSDB não havia criado, com efeito, uma instituição que exercesse reconhecida autoridade sobre as empresas de energia elétrica. Analistas como José Goldenberg, da Universidade de São Paulo, embora fosse do quadro daquela plataforma, e o jornalista Aloísio Biondi concordam, cada um a seu modo, com o fato de que Brasília não teve comando completo no processo de articulação dos novos proprietários. E um dos resultados disso foi a carestia das tarifas, bem acima da inflação (Goldenberg; Prado, 2003, p. 224).

Também não houve a “alternativa” argentina com a retomada do poder público diretamente no assunto, até na idéia de se criar novas estatais tanto para a hidroeletricidade quanto para o petróleo. O Brasil tencionou criar algo que contemplasse o modelo de Santiago, mas com resultados bastante limitados. O Estado brasileiro havia perdido poder de investimento em infraestrutura por causa da solvência financeira provocada pela crise da dívida externa, que marcou toda a década de 1980. Sem poder de fazer novos investimentos, o País colocou-se mais perto das orientações feitas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e do Banco Mundial. O negócio de então era captar novos investimentos internacionais e fazer do Brasil uma entidade política moderna e próxima dos países mais racionais na administração pública. Dentro desse grupo estavam o México e a Argentina.

A fórmula adotada, a partir de 1994, parecia ser coerente, visto que tencionava localizar o Brasil em situação confortável perante os grandes fluxos internacionais de investimentos. Disputando com o sudeste asiático e com as *primas donas* latino-americanas, Brasília deveria atrair investimentos que a poupasse de usar recursos internos na busca de

⁶ Expressão cunhada pelo pensamento de Antonio Gramsci. Intelectuais orgânicos são pessoas que representam o interesse político e econômico de seus grupos, fazendo com que sua mensagem seja “universal”, aceita por outros grupos. Intelectuais orgânicos podem ser empresários ou jornalistas ligados aos interesses em questão, na ascensão de grupos internacionais ou privados no controle da energia (Gramsci. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*).

nova energia. A privatização de boa parte do sistema Eletrobrás seria uma das provas da nova conduta do País a caminho da racionalidade econômica e da administração pública. Assim foi feito.

No lugar das antigas estatais na regulação da economia energética deveria haver agências especializadas para coordenar as regras do jogo. A Agência Nacional do Petróleo – ANP e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL foram criadas com o intuito de pôr autoridade sobre os novos proprietários. Alguns desses empreendedores gozavam de grande trânsito junto ao poder público da ocasião. Cite-se, novamente, a Enron, cujos executivos passaram por processos judiciais por terem falsificado balanços contábeis para enganar o governo e os acionistas da empresa. Na atualidade, a Enron está em processo de solvência para saldar dívidas. E a ironia é que a Eletropaulo, pertencente à *holding*, teve de ser socorrida pelo governo federal, justamente para não deixar ainda mais dramática a crise de energia elétrica.

Sérgio Ferolla e Paulo Metri demonstram que não é correta a versão de que as agências federais de regulação teriam sido equipadas política e juridicamente para fazer valer a sua palavra sobre o andamento das empresas privatizadas. Os autores vão além desse ponto. Eles são da opinião de que a situação foi realmente industriada não como engano de quem faz algo pela primeira vez e é passível de equívocos, mas sim com o objetivo de limitá-las, para que não criassem perturbações à ordem de mercado, que deveria imprimir posição de preeminência (Ferolla; Metri, 2006, p. 193).

O uso do gás natural foi encarado como algo interessante para a dificuldade nacional em energia elétrica. A construção do GASBOL foi vista como saída viável no médio prazo. Com apoio do Banco Mundial e das grandes petrolíferas internacionais, a obra passou a ligar as zonas de produção bolivianas a São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados. Destaque-se a British Petroleum, que teve forte participação na construção do gasoduto e ganhou na privatização da COMGÁS, fazendo, assim, ligação entre o fornecimento e o consumo.

Com a quantidade de gás natural, o Brasil poderia mitigar sua crise e poupar capital em grandes obras de infra-estrutura. Incentivos foram dados para que parte do empresariado brasileiro trocasse fornos elétricos pelos de uso a gás. Se o empresário não podia investir no crescimento da firma por falta de energia hidroelétrica, agora havia como

superar esse dilema. Os investimentos poderiam ser feitos para adquirir instrumentos a gás natural. E o uso do insumo foi além, passou também a ser usado na movimentação de carros de passeio e táxis.

O Gás Natural e os Conflitos Políticos

Enquanto a América do Sul era costurada por programas cosmopolitas e a ideologia funcionava para neutralizar críticas contra a desregulação de setores socioeconômicos, o uso do gás natural estaria assegurado, pois haveria “harmonia de interesses” entre os dois Estados. Mas a eleição de Morales na Bolívia, que, em parte, simboliza o esgotamento dos antigos programas governamentais, representou um grande obstáculo para o fornecimento do gás natural ao Brasil. A nova Presidência faria do carburante um motivo para levar justiça social aos índios, historicamente desalojados do poder pela oligarquia urbana, os *crioulos*. Dessa forma, a escolha do atual Presidente foi entendida como uma virada de página na história; com o Movimento ao Socialismo – MAS, iniciava a era sob o poder indígena na Bolívia.

Considerando que o Brasil deveria ter responsabilidade sobre a sorte boliviana, Morales fez o Decreto Supremo, de maio de 2006, que nacionalizava os insumos e a produção. A história é deveras conhecida. A Petrobrás vende as duas refinarias, San Alberto e San Antonio, recebendo bem menos do que o valor real, 112 milhões de dólares. Em outra instância, há contas que indicam ser mais de um bilhão de dólares os investimentos brasileiros na Bolívia. Extraí-se do conflito não somente o prejuízo econômico, mas também o político, menos comentado, mas igualmente perturbador para uma relação de longo prazo.

Atualmente, a situação brasileira é delicada. O País incentivou largamente o uso do gás natural sem ter produção suficiente em território nacional – não se cogitava ainda a exploração em Santos, pois os custos eram altíssimos. A importação do elemento boliviano valia mais a pena economicamente. Eis uma questão séria na vida governamental brasileira. O gás boliviano valia a pena economicamente, mas seus contratempos políticos não haviam sido vislumbrados nem como fruto de estudos de cenários, como frisa o professor Oliveiros Ferreira (2001, p. 40).

A fissura política e cultural boliviana é um dado de conflito na história desse país. Sem conseguir obter meios de integrar as massas indígenas ao núcleo principal do Estado, a Bolívia tem de administrar duas faces sempre em iminente conflito: os agrupamentos indígenas e o branco – sem falar da grande dificuldade de cimentar geograficamente o Estado, como no caso de Santa Cruz de la Sierra, área produtora de gás natural e opositora aos projetos de La Paz, visto que a divisão geográfica faz-se acompanhar de diferenças sociais e culturais.

Historicamente a Bolívia sempre foi uma exportadora de minérios, que fizeram com que ela fosse percebida e tivesse alguma importância no sistema econômico internacional desde a época colonial. Prata, estanho e outros minérios construíram a riqueza não da sociedade propriamente dita, mas sim dos setores melhor posicionados nos assuntos públicos. Eis uma questão premente do vizinho país, que envolve não somente a Bolívia, mas também outros Estados com maioria indígena como o Equador.

A renda nacional do país não era dividida de modo que contemplasse as classes trabalhadoras do meio mineral, boa parte delas constituída de índios e bem organizada politicamente. A falta de políticas públicas para cimentar a unidade nacional, econômica, política e cultural animou os processos contestatórios da parte mineradora e nativa.

A Revolução Popular Boliviana, de 1952, foi uma amostra do mal-estar naquela sociedade. A idéia dos grupos contestadores fora justamente a de melhorar a situação social e econômica dos trabalhadores nativos, ao mesmo tempo em que alteraria a regra do jogo econômico, impulsionando o poder público a regular a produção e exportação dos insumos naturais. Entre 1952 e 1958, o petróleo e o gás natural foram elementos vistos como essenciais para o novo modo de governar o país, dando a entender que, naquela época, a maioria popular teria tido melhores condições de vida (Hage, 2006, p.118).

Embora a Revolução de 1952 tenha angariado alguma mudança, o essencial não havia sido alterado, conforme a queixa dos grupos contestadores que ajudaram na eleição de Morales. Os acontecimentos feitos há mais de cinquenta anos apenas prepararam o terreno para uma segunda etapa que pôde ser posta em prática por meio da eleição do Movimento ao Socialismo.

O Decreto Supremo pode ter sido concebido pela plataforma Morales, mas ele não ficou sob sua autoria e comando. O governo praticamente teve de apelar para as massas

bolivianas, inclusive como ferramenta de apoio político. Por isso, a nova administração se equilibra em corda bamba; ela não pode deixar de aplicar medidas de maior impacto sem perder o apoio condicional das massas, algumas delas filiadas a grupos revolucionários que acreditam na viabilidade da “ação direta”, da violência como instrumento de política. Dentre tais opositores/aliados de Morales está Felipe Quispe, membro de partido que, vez por outra, duvida da força revolucionária do MAS e passa a vê-lo apenas como possuidor de boa vontade. Apesar de Quispe ter apoiado Morales, ele pode abrir oposição por querer mais do governo.

Os acontecimentos de 2004 e 2005 são exemplares para esse fim. A defecção dos Presidentes Jaime Lozada e Carlos Mesa são amostra da violência política com que a população boliviana convive e que é inerente a agrupamentos denominados revolucionários.

E por que houve crise política e institucional na Bolívia entre 2003 e 2005? Em parte, porque aqueles governos haviam se aproximado de modelos de reformas tidos por *neoliberais*, que desestruturaram o Estado boliviano no pouco que ele havia conseguido para promover o bem-estar social à população de menor renda. A privatização dos serviços de energia elétrica e de saneamento básico a favor de empreendimentos internacionais fora vista como o suficiente para deflagrar movimentos de contestação contra aquelas plataformas. Isto porque passou a haver percepção de que a história do país voltaria no tempo, a Bolívia continuaria sendo exportadora de suas riquezas com pouquíssimas compensações para os pobres.

Na verdade, Jaime Lozada não havia inaugurado o período reformador do Estado boliviano – o ex-Presidente havia apenas dado continuidade a um processo que denotara a imagem de ser a Bolívia um ente confiável e moderno para o investidor internacional. Sobre isso, é conveniente tomar contato com o economista cuja imagem se confunde com a reforma liberal boliviana, Jeffrey Sachs, professor de Harvard e responsável intelectual pela reforma dos anos 1980 com o fito de debelar a hiperinflação, considerada o maior dos males.⁷

⁷ Sachs tinha desenvolvido um canal privilegiado de contato com as plataformas liberais, inclusive com Jaime Lozada em sua primeira gestão na Presidência do país. Recentemente, o autor lançou livro no Brasil, que comenta a história de seu relacionamento com os governos bolivianos dos anos 1980 (Sachs. *O Fim da Pobreza*, 2005, p. 120 a 139).

A defecção de Lozada em virtude de suas reformas e a sua idéia de exportar gás natural via porto de Arica, no Chile, despertaram sentimentos revoltosos na população, que ainda guarda lembranças da Guerra do Pacífico, de 1878, em que a Bolívia havia perdido sua faixa litorânea para o Chile.

Com Carlos Mesa na Presidência, no lugar de Lozada, a situação não foi diferente. Para os contestadores na praça faltava ao presidente de plantão vigor nacionalista que o fizesse partidário das reclamações populares. No fundo, o projeto do partido indígena era que os insumos energéticos voltassem a ser nacionalizados, que seus preços fossem corrigidos, que a renda fosse, portanto, aplicada em benefício do povo. E Mesa deveria pôr tudo isso em ação através de consulta popular. Algum tempo depois, o que a crítica desejava foi feito, até com o Brasil.

Corrigir preços para exportação implicava entrar em conflito com o Brasil, com a Petrobrás. Isto porque havia queixas de que o preço pago pela estatal, 3,5 dólares para um milhão de metro cúbico, estava muito aquém do exercido internacionalmente, perto de sete dólares (Husar; Maihold, 2005, p.48).

Daí em diante, a cronologia de crises só continuou, com desdobramentos que chegaram ao Brasil. Faltou a Brasília utilizar aquilo que sempre foi considerado evidente no poder político: o poder de vislumbrar os acontecimentos, de planejar a atuação do Estado, levando em conta a situação e o clima que impera na região. Vale dizer, o Brasil deixou de planejar sua segurança propriamente dita.

O imbróglio parece não ter fim. Embora o clímax tenha sido no ano de 2006, com o Ato Supremo e com a exaltação dos novos contratos que fizeram as operadoras internacionais serem prestadoras de serviços, há elementos que podem emergir nos relacionamentos entre Bolívia e Brasil. Os limites econômicos e técnicos bolivianos são um dos motivos que ainda podem azedar a vida diplomática entre os dois Estados. No começo de 2008, já existem elementos capazes de fazer com que La Paz e Brasília voltem a ter negociações difíceis. E, mais uma vez, o governo brasileiro tem de acenar com sinais positivos para que sua situação não piore por causa da possível ausência do gás importado. Mais uma vez, a petroleira nacional terá de procurar meios de neutralizar a crise boliviana em nome de um bem maior.

A Petrobrás, depois de muito conflito, mal-entendido e debate, deve voltar a investir na Bolívia. A questão volta à tona. Será congruente a estatal voltar a investir nos Andes apesar de tudo? O problema real é que não há saída neste momento. A produção nacional de gás é muito baixa para contemplar o consumo nacional. Santos só será viável a partir de 2012/13, quando houver maturação da bacia.

Por outro lado, a dependência está em voga. Há setores da economia nacional que dependem do gás importado. Se o Brasil esquecer a Bolívia, ficará em maus termos com a sociedade interna, já que foram os governos federais que mais incentivaram o uso do carburante boliviano. Assim, o que o País deverá fazer é direcionar esforços e capital para a exploração da bacia de Santos. Para isso, há de se ter calma, na espera e confiança de que vai valer a pena. Quer dizer, aproveitar a bacia de Santos seria apenas um dos capítulos. O essencial é que o Brasil venha a ter um *mix* de energia proveniente de várias fontes.

Além disso, o País tem de esperar pela maturação das importantes descobertas de Tupi e Júpiter, algo que demanda tempo e investimentos: mais de cinco anos para preparar as reservas para o consumo e uma estimativa de mais de 10 bilhões de dólares para as operações materiais (Hage, 2007). Neste propósito, como seria a situação brasileira com a queda do fornecimento de gás?

A situação seria bem delicada por causa de limites estruturais e financeiros do momento. Isto porque os meios técnicos não estão totalmente disponíveis para trazer gás natural das novas jazidas nacionais: 50% da exploração de gás natural do Brasil vêm de fontes localizadas em vários pontos, Amazonas, Alagoas e alguns outros. Porém, a parte substancial que diz respeito ao grande consumo de gás vem da bacia de Campos, a maior e mais importante jazida brasileira, por enquanto.

Em Campos, não há grande estimativa de se encontrar mais gás ou de aumentar a produção por causa da questão atual. Há também o aspecto político com a Bolívia, fornecedora dos outros 50% da matéria prima. Mas com relação ao vizinho dos Andes, o problema já é bem conhecido: não há perspectiva de se obter mais gás em virtude daquilo que ocorreu politicamente, a criação do chamado Ato Supremo do governo Morales, em maio de 2006.

Há de considerar também as formas de como se procura equilibrar a política doméstica boliviana, que atravessa por variados grupos e interesses políticos que

pressionam o governo a tomar decisões para não perder credibilidade. Desta forma, o Brasil terá de administrar a crise de abastecimento, mesmo que de curta intensidade, até emergirem condições técnicas para a exploração de outras jazidas, bem como para a obtenção de condições financeiras sem ter de paralisar as explorações por ausência de capital.

A outra resolução é mais delicada, mas foi imaginada pelo governo brasileiro e parece ganhar vida. Trata-se de voltar a investir na Bolívia com mais um bilhão de dólares, apesar dos problemas. Mas a questão de fundo é que há um processo de dependência da economia nacional ao combustível importando, e isso é o mais complicado, pois o não atendimento da demanda pode provocar mais desgaste político para o governo federal. Por estes dias se pode ver que há grande possibilidade de o Brasil entrar em desgaste diplomático com a La Paz, pois o vizinho quer justamente propor que o Brasil aceite redução do envio de gás. O volume acordado está na faixa de 30 milhões de metros cúbicos; La Paz propõe enviar algo em torno de 27 para que possa também atender a Argentina, outra consumidora do gás boliviano.

A resposta do corpo diplomático brasileiro e dos executivos da Petrobrás tem sido negativa ao pedido boliviano exposto acima, porque não se trata mais de colaborações inocentes sem consequências relevantes, mas, sim, da segurança energética brasileira, que pode comprometer-se e correr riscos irreversíveis.

O que deve ser feito são aplicações custosas, mas necessárias no momento, pois deveriam ser ações planejadas há alguns anos para surtir efeito agora. Com relação à indústria, o que se pede é que possa fabricar produtos em condições de gastar menos energia, por exemplo, na área de eletrodomésticos, a chamada “linha branca”. Em paralelo a isso – e o mais importante – o Brasil deve montar um plano de médio prazo, para que haja condições de explorar as novas jazidas descobertas, no caso, de Tupi, no menor tempo possível.

Para isso será necessário o desenvolvimento de técnicas custosas financeiramente para explorar o petróleo ou o gás natural no meio em que está, visto ser dificultoso para uma exploração convencional. A camada pré-sal, essa manta que separa o conteúdo explorável do leito marinho, é de uma complexidade ímpar no mundo das empresas

petrolíferas; além disso, é considerada altamente custosa para a exploração. Mas não haverá saída para o Brasil.

Outra ação, que também pode surtir efeito positivo e que é defendida inclusive pelo físico Luiz Pinguelli Rosa, seria a criação de políticas públicas para que alguns instrumentos tivessem preços mais convidativos para uma larga faixa da população, a classe média baixa. Lâmpadas eletrônicas, compactas, por exemplo, seriam uma grande contribuição à poupança de energia elétrica, mas o problema ainda são seus preços relativamente altos para a faixa social mencionada. Outra maneira seria alguma forma de baratear a compra de aquecedores solares, justamente para serem utilizados em chuveiros. O aquecimento de água para o banho chega a corresponder a 30% da conta de energia elétrica. Não é pouca coisa!

Outro ponto também conveniente para esse fim seria a maximização da biomassa para fins elétricos. Já há uma grande quantidade de usinas que utilizam o bagaço da cana-de-açúcar para gerar energia, às vezes, com possibilidade de repassá-la para a cidade onde o empreendimento se localiza. A biomassa como conjugação de vários insumos pode, sim, dar uma grande contribuição. Em estudo do professor José Goldenberg (2005, p.5), há um cálculo, conforme o qual o bom uso da biomassa pode superar 10% de todos os combustíveis queimados em termelétricas.

Por outro lado, não há como deixar de mencionar que ainda se deverá planejar a infraestrutura em energia. A construção de novas usinas hidroelétricas, respeitando logicamente os apelos ambientais, ainda deve ser pensada. Talvez o uso racional da bacia amazônica, com as aplicações do rio Madeira, possa apontar caminhos menos problemáticos.

Torna-se óbvio o fato de que o uso da energia hidroelétrica já foi responsável por ignorâncias tecnocráticas que provocaram uma crise ambiental. Talvez o exemplo mais emblemático seja a usina de Balbina, construída, na primeira parte dos anos 1980, no Amazonas.

O efeito positivo seria em rede. Se houver poupança e criação de nova energia hidroelétrica, não haverá por que utilizar as usinas termelétricas movidas a gás natural, ao menos não sob fatores urgentes. Embora isso possa parecer antiquado, ainda cabe ao governo estabelecer formas para que soluções possam aparecer, chamando para si a

responsabilidade sobre a questão e não utilizando subterfúgios, muito comuns na atualidade, de que a culpa é da sociedade; ou cabe à sociedade arrumar saídas.

Considerações Finais

A questão nacional é ímpar, o Brasil está em processo contínuo de crescimento econômico desde 2006, depois de anos de mediocridade. Embora os índices de crescimento não estejam aos níveis chinês e indiano, eles podem fomentar a criação daquilo que o brasileiro espera há muito tempo: empregos de qualidade que possam promover qualidade de vida – situação que, no País, se transformou em prêmio ou luxo, atribuindo sua falta mais à responsabilidade individual do cidadão do que à ausência de projeto nacional coerente, como bem observou o professor Paulo Nogueira Batista (1997, p.25). O tema energético passou a ser visto não como algo integrante da grande estratégia, mas sim um subproduto de um departamento governamental que esperava as boas novas do mercado internacional ou não.

Enquanto tal operação não acontece, o Brasil deverá administrar, da forma mais racional possível, a distribuição de energia para não comprometer o crescimento nacional. A Bolívia exporta 50% do gás natural ao Brasil, seu maior comprador; a outra metade é procedente de jazidas espalhadas pelo território nacional, sendo a Bacia de Campos a mais importante, antes da maturação de Tupi, algo programado para depois de 2012.

Não resta dúvida, mesmo para os mais céticos, de que o Brasil crescerá muito em importância. Contudo, mesmo esse crescimento que vem ocorrendo há mais de um ano pode ser comprometido por recursos energéticos tendentes a limitar-se drasticamente. Jazidas como Mexilhão, Uruguá e Tambaú certamente estão no rol das minas de grande aproveitamento no longo prazo, mas, de forma análoga, a maturação de Tupi exige tempo e investimentos vultosos para a exploração do bem. Essa realidade também não é estranha no que concerne a Júpiter, descoberta que vem a acalantar o núcleo governamental e o empresário que depende de regularidade na produção e no envio de energia, seja ela hidroeleticidade ou gás energético, com a exploração em alto grau e com reservas para

mais de oito bilhões de barris de petróleo apenas em Tupi, sem falar na tecnologia que o País adquiriu no âmbito da biomassa, do etanol que ajudou o Estado a se elevar na política e economia internacionais como ente responsável na afirmação energética com programas de respeito à conservação ambiental.

Um certo conforto energético para o futuro não exclui qualidade política e governamental, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito diplomático. O fato de o Brasil obter respeitabilidade nos assuntos energéticos como hidrocarbonetos e biomassa exige ferramentas e projetos políticos de alto nível. Isto porque há um fenômeno que acompanha o tema em todo o mundo: grandes quantidades de energia podem promover dificuldades políticas e conflitos.

Os países que conhecem essa realidade procuram neutralizar seus efeitos, ainda que as notícias e fórmulas adotadas não sejam publicadas no Brasil em larga escala. Esses países são denominados grandes potências; é o caso dos Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e China. A integração dos novos poços de Tupi e Júpiter e o engrandecimento tecnológico em biomassa fazem com que o Brasil tenha de conceber políticas energéticas mais bem preparadas, para que faça com que a “bênção” dos últimos tempos se prolongue tanto quanto possível, a fim de que haja condições de fomentar riquezas e bem-estar social para a sociedade em seu todo.

Pensar em relevância energética é pensar na existência de um projeto estratégico que tenha na energia um dos meios para se obter desenvolvimento social e econômico. Por planejamento estratégico devem-se compreender estudos e averiguações que apontam para o futuro, justamente para fazer com que o país tenha condições de aproveitar os processos positivos da política e economia internacionais, bem como procurar neutralizar suas inconveniências. Dessa forma, é essencial que haja trabalho em grupo, de sinergia entre a elite governamental e grupos empresariais que venham a compreender e adotar o planejamento estratégico, até porque as questões energéticas são um terreno fértil para oscilações de toda qualidade. E essas são prejudiciais àqueles que mais necessitam de superávit energético.

Somente por meio do trabalho em grupo entre o setor empresarial, universitário, trabalhista e estatal haverá condições de efetuar planejamento estratégico que possa fazer com que o Brasil não sofra mais contratempos comprometedores, como o apagão de 2001,

e, ao mesmo tempo, consiga angariar relações diplomáticas em que não haja mais empecilhos. De fato, aumentar a produtividade energética não significa isolamento nacional. A saber, o Brasil não tem de evitar contratos e negócios energéticos com os vizinhos latino-americanos, mas tem, sim, de ter claro que sua participação não pode ficar ao gosto das circunstâncias e, por isso, correr o risco de perder os anéis para não perder os dedos, como já dissera Lampeduza.

Por enquanto, as complicações que acompanham a exploração e o escoamento de gás natural se fazem sentir. No mês de novembro de 2007, houve racionamento do gasoso na cidade do Rio de Janeiro com algum efeito em São Paulo. Agora, no mês de fevereiro de 2008, o gás natural volta a ser centro de debate entre as diplomacias argentina, boliviana e brasileira. O problema é patente, a economia brasileira consome todo o gás importado e a produção nacional não está à altura do necessário. A Bolívia não consegue explorar mais gás por causa de falta de capital e pessoal treinado, transferindo um pouco do ônus a seus compradores argentinos e brasileiros.

Por fim, a Argentina tende a necessitar mais de gás em virtude do inverno que se aproxima, sendo o gás importante para aquecimento. Mesmo que o inverno no Brasil não seja rigoroso, o gás não poderá faltar pelo fato de haver menor quantidade de chuvas no período, diminuindo os reservatórios das hidroelétricas e limitando a geração de energia. O Brasil não pode atender à solicitação de Buenos Aires sem tocar o interesse nacional reclamante; a Bolívia, para não ser criticada amplamente, pede a Brasília que transfira parte de seu gás para a Argentina, já que a própria Bolívia não pode fazê-lo pelas razões mencionadas.

O que estava cotado para ser elemento de integração física e política regional está se tornando um ente de conflito do mais alto grau. Com a construção do GASBOL, considerou-se uma nova fase das relações internacionais regionais baseada em um tipo de globalização, a energética, de acordo com Edmilson Santos. Contudo, aquela verdade, que era muito comum no Oriente Médio e em partes da Europa, agora passa a residir na América Latina. O petróleo e o gás natural, dependendo de como se concebem seus temas, mais separam do que unem os Estados.

Para escapar de uma verdade que pode ser inconveniente ou parcial bem como fugir de determinismos deverá haver novos meios de se pensar e construir a energia que

tenha como emergir com novos signos, soluções e questões para uma região que, apesar do histórico conturbado, tenha como oferecer compensações não apenas econômicas, mas também sociais e culturais. A sorte está lançada, tomara que César passe o Rubicão.

Referências Bibliográficas

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. *Os Mitos da Globalização*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Silabo, 2004.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. “Construção e Desconstrução do Sistema Elétrico Brasileiro”. In: BRANCO, Adriano Murgel (Org). *Política Energética e Crise de Desenvolvimento: A Antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CEPAL – Comissão Latino-Americana para a América Latina e Caribe. “La Inversión Extranjera en América Latina y Caribe”. Disponível em www.cepal.org/publicaciones/Desarrolloproductivo/9/LGC2269PE/IED2004.v.word.pdf. Acesso em: 6 set.2006

FERREIRA, Oliveiros da Silva. *A Crise da Política Externa Brasileira: Autonomia ou Subordinação?* Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FEROLLA, Sergio; METRI, Paulo. *Nem Todo o Petróleo é Nosso*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GOLDENBERG, José. “Política Energética no Brasil”. *Estudos Avançados*. V. 19, n. 55. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. “Reforma e Crise do Setor Elétrico no Período FHC”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. V. 15, n. 02. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

HAGE, José Alexandre Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba: Juruá, 2006.

_____. “Especialista diz que Dependência do Gás Boliviano não Acaba tão Cedo”. Disponível em: <http://quest1.jb.com.br/extra/2007/11/30/e30114719.html>.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil. *O Gás no Mercosul: uma Perspectiva Brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2001.

HUSAR; MAIHOLD. “Gás Natural, Matéria Contenciosa na América do Sul”. In: *Energia: da Crise aos Conflitos*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005 (Cadernos Adenauer).

ROSA, Luiz Pinguelli. “A Crise de Energia Elétrica: Causas e Medidas de Mitigação”. In: BRANCO, Adriano Murgel (Org). *Política Energética e Crise de Desenvolvimento: A Antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SACHS, Jeffrey. *O Fim da Pobreza: como Acabar com a Miséria Mundial nos Próximos 20 Anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Edmilson Moutinho. *Gás Natural*. São Paulo: Annablume, 2002.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SOLNIK, Alex. *A Guerra do Apagão*. São Paulo: Senac, 2001.